

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|---|--|-------|-----------|
| Os transgressores da reificação: as contribuições de Lukács e Rubin | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| Fernando Leitão Rocha Junior¹ | Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri | UFVJM | Professor |
| RESUMO (ATÉ 20 LINHAS) | | | |
| <p>A análise contemporânea da sociedade burguesa, de cariz neoliberal-financeirizada, em nível mundial demonstra processos reificantes densamente cristalizados e hiperdimensionados das relações sociais em todas as esferas da vida. Entendemos que o momento atual exige um retorno, aos estudos de autores clássicos e pioneiros da chamada tradição marxista: György Lukács e Isaak Rubin tidos por muitos como messiânicos e malditos. O retorno às suas respectivas obras ambas publicadas em 1923, <i>História e Consciência de Classe</i> e <i>Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor</i> fornecem elementos teórico-analíticos que concretamente possibilitam descortinar horizontes férteis indicando vestígios para uma compreensão substantiva dos atuais processos de reificação. A abordagem inédita, até então, sobre a reificação que constitui o núcleo central da problemática lukacsiana em sua referida obra continua viva. Da mesma forma, o rigoroso e denso tratamento sobre a teoria do fetichismo e seus desdobramentos reificantes para uma compreensão sistemática sobre a teoria do Valor em Marx feito por Rubin, não são anacrônicos e sim atuais. Por isso, ao nosso juízo, reafirmamos que tanto a obra de Lukács como a de Rubin possuem chaves heurísticas de plena vigência que contribuem para descortinar caminhos que efetivamente possibilitem a descoisificação dos sujeitos e a desmercantilização da vida e do mundo.</p> | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS) | | | |
| Reificação, Alienação, Valor | | | |
| ABSTRACT | | | |
| <p>Contemporary analysis of bourgeois society, of neoliberal and financial nature, worldwide demonstrates processes reifying densely crystallized and over dimensioned of social relations in all spheres of life. We understand that the current moment requires a return, to studies of classical authors and pioneers of the so-called Marxist tradition: György Lukács and Isaak Rubin regarded by many as Messianic and bloody. The return to their respective works, both published in 1923, "History and Class Consciousness" and "Essays on Marx's Theory of Value" provide theoretical-analytical elements that specifically allow uncover fertile horizons indicating traces to a substantive understanding of current processes of reification. The approach, unpublished until then, about the reification that constitutes the core of the Lukács's problem in his referenced work is still alive. Similarly, the harsh and rigorous treatment about the theory of fetishism and its offshoots reificantes to a systematic understanding about Marx's value theory made by Rubin, are not anachronistics, but of immediate interest. So, in our opinion, we reaffirm that both the work of Lukács and Rubin have full validity heuristics keys that contribute to uncover ways that effectively allow the end of treatment of the individuals as a thing and the demercantilization of life and the world.</p> | | | |
| KEYWORDS | | | |
| Reification, Alienation, Value, | | | |
| EIXO TEMÁTICO | | | |
| Construção da teoria social de Marx | | | |

¹ Doutor em Serviço Social pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Mestre em Economia Política pela PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Professor Adjunto II do Curso de Ciências Econômicas da UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri). Membro do Grupo de Estudos de Crítica à Economia Política (**GECEP**). Telefone: (33) 8872 -0915
E-mail: fernn16@yahoo.com.br

Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é coisa.
Eu sou a coisa, coisamente.

Carlos Drummond de Andrade

1. Introdução

Com a morte de Karl Marx em 1883 e por conseguinte, a de seu parceiro intelectual, Friedrich Engels em 1895, a produção de ambos cessou, contudo, a autonomização de seus escritos e a perda de controle dos próprios autores, impossibilitados à qualquer crítica, habilitou um sem número de inscritos e interpretações distintas – com os mais variados vieses teórico-epistemológicos e políticos. Assim, a chamada “tradição marxista”, inaugurada por Marx e Engels já germinava no limiar do século XIX para o XX.

Importantes pensadores deram continuidade à tradição marxista, autores como: Lênin, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Bukharin, entre outros lavraram suas respectivas obras fazendo jus a perspectiva que defendiam. Contudo, ao nosso juízo, o ano de 1923 é de relevância para o renascimento da Teoria social inaugurada por Marx. Neste sentido, resgatamos as contribuições de Lukács em *História e Consciência de Classe*, e Isaak Rubim em *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor*.

Em suma, o retorno e estudo; das obras supracitadas, como dissemos, constitui-se num campo fértil de investigações que forneçam pistas para compreendermos o presente e descortinarmos o futuro. Trata-se, de um retorno necessário, devido não apenas ao rigor teórico, densidade e relevância destas obras e sim pelo fato, de que as problemáticas das mesmas, não foram superadas totalmente pelo tempo, isto é, não são anacrônicas, pelo contrário são atualíssimas e requerem mais do que nunca que as atuais gerações façam um exame rigoroso e denso delas. Consequentemente, através desta ação, acreditamos na possibilidade de uma apropriação adequada de seus conteúdos e suas canalizações para intervenções no terreno teórico e político não sejam estéreis, idealistas ou abstratas, mas pelo contrário, sejam potencialmente ricas e dotadas de uma práxis “emancipadora e desalienante”.

2. Lukács e a categoria reificação em *História e Consciência de Classe*

A envergadura teórica de Lukács é inquestionável. Sua vasta contribuição seja no campo da crítica literária, da estética ou da filosofia constitui-se como objeto de estudo de inúmeros pesquisadores do mundo todo. Enfim, a relevância e importância de um dos pilares centrais, nos dizeres de Perry Anderson do chamado “Marxismo Ocidental”², a saber, a Obra: *História e Consciência de Classe*³,

² A hipótese de Anderson sobre um certo *Marxismo Ocidental* é polêmica, pois ao seu juízo as problemáticas tratadas por esta corrente entre as décadas de 1920-1960 ficaram mais no campo de uma certa filosofia abstrata. Ao nosso juízo, as obras dos anos 20, em especial, as tratadas neste artigo são de suma importância para o Renascimento e configuração de um novo patamar teórico na tradição marxista. Sobre esta questão ver: ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004. Como também: MERQUIOR, J. *O marxismo ocidental*. 2 ed. Rio de

mantém ainda vital atualidade nestas nove décadas que selam a sua primeira edição⁴.

No nosso entendimento, a obra lukacsiana, *H.C.C* revela-se como uma obra de combate político, de intervenção no campo das ideias, mas não só. Como o próprio Lukács admite no posfácio de 1967: “Foi só com a revolução russa que, também para mim, se abriu uma perspectiva de futuro da própria realidade: desde a queda do czar, mas sobretudo, com a queda do capitalismo” (LUKÁCS, 1974, p.351). Sobre a obra de Lukács, o importante pensador brasileiro, Leandro Konder destaca ao seu juízo, como a problemática da reificação constitui-se no fio condutor que perpassam de forma substantiva os principais ensaios do livro *H.C.C*, em suas palavras:

Em Viena (...) trabalha num ensaio destinado a transformar-se num dos textos teóricos mais notáveis do marxismo no nosso século, o ensaio mais extenso e mais importante do livro *História e Consciência de Classe: A reificação e a consciência do Proletariado*. (...) em seu ensaio sobre a reificação, Lukács descobre, por sua conta, um aspecto do pensamento do jovem Marx que não era conhecido, na época, e que só viria a ser divulgado no começo dos anos trinta, quando foram publicados pela primeira vez os *Manuscritos Parisienses de 1844*. O conceito de reificação – tal como Lukács o desenvolve, a partir da análise marxiana do “fetichismo da mercadoria”, no *Capital* – dá conta das formas especiais assumidas pela alienação. Descrito pelo jovem Marx, quando esta alienação se generaliza através do mercado capitalista. Na sociedade dividida em classes, o homem se aliena no seu trabalho, cria coisas que escapam ao seu controle e se erguem diante deles como força estranha, ameaçadora; no mercado capitalista, os movimentos humanos e as relações entre as pessoas assumem a aparência de coisas” (KONDER, 1980, p. 50).

A obra lukacsiana tachada por muitos como “a obra maldita do Marxismo” de caráter messiânico, e nos dizeres de Merquior “escrita num alemão assaz canhestro” configura-se na obra que inaugura no nosso entendimento: “O Renascimento do Marxismo”. Sua ressonância e amplitude influenciou dezenas de pensadores substantivos do século XX, ainda como já sinalizado por Konder e novamente reiterada por nós, *H.C.C* revela a capacidade de antecipar problemáticas marxianas até então desconhecidas, que só viriam a luz com a publicação em 1932 de inéditos de Marx, em especial, a obra conhecida como “*Manuscritos econômico filosóficos de 1844*”, como ainda o escrito de 1846 elaborado em parceria com Engels, intitulado: *A Ideologia Alemã*. Konder, com contundência, indica como *H.C.C* e em especial o texto sobre a reificação influenciou uma significativa parcela de pensadores de grande envergadura intelectual:

As observações de Lukács sobre a reificação viriam a influir, de variadas

Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

³ A obra *H.C.C* publicada pela primeira vez em 1923 se constitui de oito ensaios escritos entre 1919 e 1922 a saber: 1. O que é o marxismo Ortodoxo, 2. Rosa Luxemburgo – Marxista, 3. A consciência de Classe, 4. A reificação e a consciência do Proletariado, 5. Mudança de Função do Materialismo Histórico, 6. Legalidade e Ilegalidade, 7. Notas Críticas sobre a crítica da Revolução Russa de Rosa Luxemburgo e 8. Notas metodológicas sobre a questão da Organização. Após 1967 com uma segunda edição oficial, acrescenta-se a mesma, um denso e explicativo posfácio.

⁴ A obra *História e Consciência de Classe* só obteve uma segunda edição oficial em 1967. Contudo em 1960 o filósofo Kostas Axelos realizou uma edição clandestina pela Les Editions de Minuit. Assim houve um redescobrimto da “obra maldita”. Oficialmente sai em 1967 pela Editons Minuit a segunda edição, em alemão sai edição em 1968 pela Hermann Luchterhand Verlag, em espanhol a primeira edição é realizada em 1969 pelo Editorial Grijalbo, em Inglês a obra sai em 1971. Em Portugal sai em 1974 pela Editora Escorpião. No Brasil, necessitamos de 80 anos! Apenas, em 2003 a Editora Martins Fontes publica o livro de Lukács.

maneiras, no pensamento de diversos intelectuais importantes tais como: Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Walter Benjamin, Alfred Schimidt, Leo Kofler, Jean Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Lucien Goldmann, Perry Anderson e Paul Baran, entre outros.” (KONDER, 1980, p. 50-51).

A fertilidade da obra lukacsiana, influenciou também uma importante geração de intelectuais brasileiros⁵. A temática da alienação desdobrada na coisificação contribuiu para uma rica elaboração teórica sobre a teoria da vida cotidiana⁶. Nesta direção, a problemática de um cotidiano alienado, da chamada pseudoconcreticidade⁷ ganha aderência a efetividade do mundo real. O pensador, José Paulo Netto um dos maiores conhecedores e difusores da obra de Lukács no Brasil, ressalta a “teoria da reificação”⁸ na obra do filósofo Húngaro:

Para Lukács, a vida social capitalista engendra uma positividade dos fenômenos sociais que a mistifica a sua íntima essência: eles tomam a aparência de coisas (reificação) – ultrapassar esta superfície fetichizada, no plano do conhecimento, só é possível a um pensamento articulado à ação que, ela mesma queira ultrapassar os quadros da vida social capitalista. Ou seja: a dialética do marxismo só se sustenta sobre uma prática revolucionária do real (daí a unidade entre teoria e prática) (NETTO, 1983, p. 41).

Já Michael Löwy frisa na obra lukacsiana, em especial, o seu caráter enquanto obra política no qual o eixo problemático situa-se na revolução proletária contra o processo de reificação oriundo do modo de produção capitalista, detalhando que:

enquanto obra política e filosófica e revolucionária, H.C.C continua a ser em nossos dias uma obra prima incomparável porque realiza uma notável síntese dialética entre ser e dever ser, valores e realidade, ética e política, tendências profundas e fatos empíricos, objetivo final e dados imediatos, vontade e condições materiais, presente e futuro, sujeito e objeto (LÖWY: 1979, p.190).

Ademais, de todas as críticas dirigidas a obra *H.C.C* continua ao nosso juízo, como uma obra obrigatória, para todos aqueles que lutam pela emancipação humana. Corroboramos com a assertiva de Löwy: “O Humanismo Marxista, ao contrário, é realista, parte de contradições concretas da sociedade burguesa e mostra a possibilidade objetiva de sua superação emancipadora do proletariado consciente, **única classe capaz de realizar os valores humanos legados e degradados pelo capitalismo**” (LÖWY, 1979, p.206. Grifos e negritos nossos).

Netto também ressalta o combate teórico-político do velho mestre Húngaro:

⁵ Importante texto sobre a recepção da obra lukacsiana em terras tupiniquins encontra-se em: FREDERICO, Celso. *A presença de Lukács na política cultural do P.C.B e na Universidade* In: *História do marxismo no Brasil. vol II. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

⁶ Não poderíamos nos esquecer da rica elaboração teórica de Lukács contida na sua obra intitulada: *Estética*. Acessível ao público brasileiro a edição em espanhol do Editorial Grijalbo em 4 volumes. Também recomendamos a leitura do texto de Heller, Agnes. *Sociologia de la vida Cotidiana*. Barcelona: Península. 1977. Para uma síntese introdutória: .HELLER, Agnes. *Cotidiano e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e por último: NETTO, J.P. Para a crítica da vida cotidiana In: NETTO, J.P & BRANT CARVALHO, M.C. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

⁷ Sob forte influência da obra H.C.C o filósofo tcheco Karel Kosik desenvolveu estudo ímpar sobre a pseudoconcreticidade. Ver: KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1976.

⁸ O estudo da reificação e a suposta teoria da positividade capitalista plasmada por esta verifica-se no importante ensaio de NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981.

Lukács dirige a polemica em duas frentes: contra o marxismo vulgar da II Internacional e sua vertente revisionista (Bernstein) e contra o positivismo acrítico das ciências sociais ‘burguesas’. Em face de ambos, ele realça a peculiaridade do marxismo ortodoxo (que nada tem a ver com a dogmática), consistente na rigorosa aplicação da dialética materialista, necessariamente revolucionária (NETTO, 1983, p.40).

Por tudo isso, nunca é demais lembrar que Lukács sempre afirmou preferir o “Pior comunismo ao melhor Capitalismo”. Em seu posfácio escrito em 1967 para a 2ª edição de *História e Consciência de Classe*, Ele afirma: “Nunca cai no erro de **deixar que o mundo capitalista acabasse por me subjugar**, erro que pude observar muitas vezes em muitos trabalhadores e intelectuais pequeno-burgueses. **O ódio e o desdém que desde a infância eu nutria pela vida no capitalismo disso me preservou**” (LUKÁCS, 1974, p. 351. Grifos e negritos nossos). Esta certeza solidificada e cristalizada em Lukács demonstra o porquê ele nunca deixou o mundo do “socialismo real”. Sua monumental obra de 1923 sem “vacilos” e com convicção revela “a missão histórica” do Proletariado, na interpretação de Netto:

Apenas o proletariado, graças a sua posição na sociedade burguesa – que determina a sua missão histórica – a pratica revolucionaria pode aparecer como projeto consciente. Para tanto, é-lhe preciso romper com a imediatividade (ou seja, a aparência positiva, reificada, coisificada) da vida social, e isto não se faz automaticamente: o proletariado deve avançar de sua consciência individual (psicológica) para o nível de consciência de classe – a consciência possível das transformações que conduzam a libertação da classe e da humanidade. Este salto, regido pela consciência teórica do movimento (o marxismo) e operado na ação, implica o partido, ‘forma de mediação entre a teoria e a prática’ (NETTO, 1983, p. 42).

Devemos ainda dizer que o próprio Lukács em seu posfácio de 1967 a *H.C.C* admite que iniciou os seus estudos sobre a economia política durante a 1ª guerra mundial no sentido de superar “o seu idealismo ético” e seu “anticapitalismo romântico” utilizando-se de suas palavras :

Assim, a ética indicava-me a vida da práxis, da acção e, por conseguinte, da política. E esta, por sua vez, levou-me a economia e à necessidade de uma fundamentação teórica, afinal, da filosofia do marxismo. Trata-se, naturalmente, de tendências que só lenta e irregularmente se desenvolvem. Esta orientação começou a manifestar-se durante a guerra, depois de ter eclodido a revolução russa. sic ! (LUKÁCS, 1974, p. 351. Grifos e negritos nossos).

Evidentemente, que sua reflexão em fins dos anos 1960, confere a Lukács uma argumentação muito sólida e consiste sobre os limites e possibilidades históricas de sua obra, *H.C.C*. Pois, com pleno domínio das obras de Marx e Engels já disponíveis nos anos 60 e sobretudo com seus estudos sobre a *Ontologia do Ser Social* plenamente constituído. O filósofo húngaro admite:

Há, é certo **um esforço para explicar todos os fenômenos ideológicos a partir da sua base econômica, mas a economia é empobrecida**, visto que se elimina a sua categoria marxista fundamental, **o trabalho como mediador da troca orgânica entre a sociedade e a natureza**. É essa a consequência natural da minha atividade metodológica fundamental. Dela resulta que os mais importantes pilares reais da concepção marxista de mundo desapareçam, e que a tentativa para extrair com a mais extrema radicalidade as consequências revolucionárias do marxismo perca forçosamente qualquer verdadeira justificação econômica (LUKÁCS, 1974, p. 357. Grifos e negritos nossos)

Por isso, que o próprio Lukács adverte aqueles que “com uma visão anacrônica” queiram enxergar princípios ontológicos e Ontologia em *H.C.C* irão se frustrar, suas palavras são incontestáveis:

Que a objectividade ontológica da natureza, base ontológica desta troca orgânica, por força desapareça, é coisa evidente; mas desaparece ao mesmo tempo esta interação que preside à troca entre o trabalho considerado de uma maneira autenticamente materialista e o desenvolvimento do homem no trabalho. A grande ideia de Marx segundo a qual até ‘ *a produção pela produção não é mais do que o desenvolvimento das forças produtivas humanas, e portanto o desenvolvimento da riqueza da natureza humana como seu próprio fim*’ **sai fora do domínio de História e Consciência de Classe está apto a estudar.** sic! (LUKÁCS, 1974, p. 357-58. Grifos e negritos nossos).

Detalhando que:

A crítica de Feuerbach por Marx reforçava ainda a minha atitude. Só que eu não notava que sem um fundamento na práxis real, no trabalho que é a sua forma original e seu modelo, o exagero do conceito de práxis iria necessariamente invertê-lo num conceito de contemplação idealista. E assim, eu queria delimitar à consciência de classe correcta e autêntica do proletariado em relação a qualquer ‘sondagem de opinião’ (a expressão, evidentemente, não era ainda usada na época) empírica, conferindo-lhe uma objectividade prática incontestável. Mas só consegui chegar à formulação de consciência de classe ‘adjudicada’. O que eu pretendia com isso era o que Lenine caracteriza em *Que fazer?* Ao dizer que, por oposição à consciência de classe trade unionista, a consciência de classe socialista é trazida ao trabalhadores do “exterior (...), isto é, de fora da luta econômica, de fora das esferas das relações entre operários e patrões” Portanto, o que em mim existia enquanto intenção subjectiva e em Lenine como resultado da análise autenticamente marxista, de um modo prático no interior da totalidade da sociedade, tornou-se na minha exposição, um resultado puramente intelectual, donde algo de essencialmente contemplativo. A inversão da consciência ‘adjudicada’ em práxis revolucionaria aparece aqui como puro milagre. sic ! (LUKÁCS, 1974, p. 358-59)

Ainda, a partir de seu posfácio de 1967 a *H.C.C*, importantes observações feitas por Lukács merecem ser explicitadas, dentre elas, a forte herança hegeliana como marca indelével nesta obra e como isso afetou de forma decisiva sua reflexão filosófica, pois seu entendimento partia das “estruturas complexas” da economia mercantil e evoluída e não do Trabalho como chave heurística para a compreensão da sociedade. Segundo ele: “Esses deslizes filosóficos são preço pago do ponto de vista errôneo que *História e Consciência de Classe* adoptou para a sua análise dos fenómenos económicos: não o trabalho, mas estruturas complicadas da economia mercantil evoluída. Isso desde logo lhe impede elevar-se filosoficamente às questões decisivas, como sejam as relações entre a teoria e a práxis, o sujeito e o objecto”. sic! (LUKÁCS, 1974, p. 360).

Contudo, esta mesma “herança hegeliana” contribuiu para que Lukács conferisse um papel central à ***categoria de totalidade*** em sua obra:

“Um dos grandes méritos de *História e Consciência de Classe* foi com certeza o de ter dado à categoria da totalidade (...) o lugar metodológico central que sempre ocupara na obra de Marx. (...) *História e Consciência de Classe* represente talvez a tentativa mais radical da época para reatualizar o carácter

revolucionário do marxismo reatando com a dialéctica hegeliana e o seu método e desenvolvendo-os. sic! (LUKÁCS, 1974, p. 360-61).

Consequentemente, implicações que redundaram, numa influência positiva do livro advinda do tratamento sistemático, que o filósofo húngaro conferiu a categoria de *Alienação*⁹, mesmo sobre forte cariz hegeliano, são enaltecidas por ele:

(...) para a influência que este livro mereceu na época, como para a sua eventual actualidade, um problema há que, para além de todas as considerações de pormenor, é de importância decisiva: **o da alienação, que pela primeira vez desde Marx, nele é tratada como questão central da crítica revolucionária do capitalismo cujas raízes, tanto do ponto de vista da história da teoria como do método são reportadas a dialéctica de Hegel**. sic! (LUKÁCS, 1974, p. 362. Grifos e negritos nossos)

Ademais, Lukács ainda demonstra como Hegel é de fato o primeiro pensador moderno a colocar a problemática da *Alienação* como uma questão fundamental “da posição do Homem no mundo, para com o Mundo” e como em sua obra a relação de identidade entre sujeito-objeto advém da lavra hegeliana.

o próprio problema [da Alienação] é tratado (hoje é bastante fácil vê-lo) no mais puro estilo hegeliano. Antes do mais, o seu fundamento filosófico último é constituído pelo sujeito-objecto idêntico realizando-se no processo histórico. É verdade que no próprio Hegel o sujeito-objecto por via nasce por via lógico-filosófica, atingindo o espírito absoluto o grau supremo na filosofia, com o recolher da alienação, com o regresso a si mesmo na consciência de si, realizando assim o sujeito objecto idêntico. Para *História e Consciência de Classe*, pelo contrário, este processo deve ser social e histórico, culmina no facto de o proletariado atingir este estágio na sua consciência de classe ao tornar-se sujeito-objecto idêntico da História. sic! (LUKÁCS, 1974, p. 362-63)

Para avançarmos nesta questão, devemos sinalizar que Lukács afirma seguir a concepção

⁹ O tratamento da categoria de Alienação em História e Consciência de Classe é de cariz hegeliano. Sabe-se que com a publicação da obra marxiana em 1932, Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844, o tratamento conferido a categoria de Alienação é em Marx distinto do feito por Hegel. Lukács em suas obras da maturidade ira incorporar o entendimento de Marx sobre esta questão. Há uma controvérsia sobre as traduções para a língua portuguesa dos termos alemães *Entäußerung* e *Entfremdung*. Para Hegel não há diferença substantiva entre os termos *Entäußerung* e *Entfremdung*. Pois, sua filosofia de carácter idealista objetiva (configurada na identidade entre sujeito-objeto) faz com que os termos efetivamente sejam equivalentes. A filosofia hegeliana apregoa que toda objetivação (*Entäußerung*) como a alienação (*Entfremdung*) implicam no fundo na mesma coisa. Noutras palavras, para Hegel, o ‘Espírito Absoluto’ ao negar a si mesmo, exterioriza-se e se auto-aliena, desta forma, a exteriorização é sempre negativa, é sempre alienada. A forma de superação desta alienação dar-se-á na sua reconciliação, ou seja, o Espírito Absoluto nega o mundo, nega a alienação e reconcilia com si mesmo no mundo ideal, em suma, a sua reconciliação como superação da exteriorização e alienação. Já Marx utiliza os termos *Entäußerung* e *Entfremdung*, de forma distinta. Para Marx nem toda objetivação (*Entäußerung*) é necessariamente ruim, e por isso não se configura como sinónimo de alienação (*Entfremdung*). Este último, significa necessariamente uma objetivação/exteriorização ruim, negativa, isto é, **alienada** ou **estranhada**. Por esta razão, não podemos em Marx utilizar os termos *Entäußerung* e *Entfremdung* como meros sinónimos para expressar a alienação ou estranhamento. Sobre esta questão, ver: FREDERICO, Celso. O jovem Marx: As origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995, bem, como MÉSZAROS, István. Marx. A teoria da Alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 e de forma didática o estudo de BORGIANI, Elisabete. *Sobre a diferença de objetivação e alienação em Marx*. In. Serviço Social e Sociedade n°56, São Paulo: Cortez, 1998.

hegeliana de Alienação em sua obra *H.C.C.*, especificamente, identificando o termo Alienação como objectivação, neste sentido, em seu posfácio enumera as implicações e equívocos teóricos que cometera:

Enquanto tal, a objectivação não é, evidentemente, nem boa, nem má: o que é de certo é tanto objectivação como o que é de errado, tanto o é a libertação como a servidão. A relação objectivamente social de alienação e todas as marcas subjectivas da alienação interior que são sua consequência necessária só surgem quando as formas objectivadas assumem na sociedade funções que põem a essência do homem em oposição ao seu ser, que oprimem, deforma, desfiguram, etc., a essência do homem pelo ser social. Ora, em *História e Consciência de Classe* esta dualidade não era percebida. Donde resulta o que há de falso e de coxo na sua concepção fundamental da filosofia da história. (Nota-se de passagem que o fenómeno da reificação, estritamente aparentado com a alienação, sem lhe ser idêntico, nem conceptual, nem socialmente, foi também utilizado como seu sinónimo. sic! (LUKACS, 1974, p. 364-65)

Em suma, Lukács (1974, p. 356) admite que o ensaio: “a reificação e a consciência do proletariado” juntamente com “notas metodológicas sobre a questão da organização” são os mais importantes de seu livro. Contudo, também recomenda o ensaio “O que é o marxismo ortodoxo?”

As notas introdutórias ao primeiro artigo dão já uma determinação da ortodoxia no marxismo que segundo as minhas convicções actuais não só é objectivamente correcta, mas poderia ter ainda hoje na véspera de um renascimento do marxismo, uma importância considerável (...) o marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia em matéria de marxismo, pelo contrário, refere-se exclusivamente ao método. Implica a convicção científica de que, com o marxismo dialéctico, se encontrou o método de investigação correcto, de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido de seus fundadores. sic! (LUKACS 1974, p. 365-66)

Apenas em 1925, num artigo de crítica a Bukharin, Lukács admite que possuía um amplo domínio da Economia (Diferentemente de Isaak Rubin que, ao nosso juízo, em 1923 ao publicar o livro *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor* detinha um amplo domínio da Economia Política bem como sua Crítica, esta questão será examinada na segunda parte deste artigo).

o aspecto mais positivo desta recensão é a concretização das minhas próprias convicções no domínio da economia: manifesta-se nomeadamente, na polémica contra a concepção, muito divulgada, segundo a qual seria preciso ver na técnica o princípio objectivamente motor e decisivo do desenvolvimento das forças produtivas, concepção partilhada tanto pelo positivismo burguês como pelo materialismo vulgar comunista. Há nisso um fatalismo histórico, uma eliminação do homem e da práxis social, uma acção da técnica como “força da natureza” social, como sistema de “leis naturais”. A minha crítica não se desenvolve apenas ao nível concreto, como frequentemente acontece em *História e Consciência de Classe*: já não oponho as contraforças voluntaristas e ideológicas ao fatalismo mecanicista, antes tento fazer ver nas forças económicas o fator social director que determina a própria técnica. sic! (LUKÁCS, 1974, p. 373)

Uma última observação, sobre o riquíssimo posfácio de *H.C.C.* refere-se ao impacto que ocasionou em Lukács a descoberta e o contato com os manuscritos marxianos de 1844.

(...) me torno em 1930, colaborador científico do Instituto Marx-Engels de

Moscovo... [pude] ler páginas já completamente decifradas dos *Manuscritos Económico Filosóficos* (...) a leitura do texto de Marx arrasou todos os meus preconceitos idealistas de *História e Consciência de Classe*. É certo que já teria podido encontrar nos seus outros textos oportunidade para esta transformação teórica. Mas isso não acontecera obviamente porque eu então os lia sob uma interpretação hegeliana, e só um texto inteiramente novo poderia provocar este choque. (...) Seja como for posso lembrar-me ainda hoje do efeito perturbador que tiveram em mim as frases de Marx sobre a objectividade como propriedade material primária de todas as coisas e de todas as relações. A isso se somou a compreensão, já exposta aqui, de que toda objectivação é um modo natural – positivo ou negativo, conforme o caso de domínio humano do mundo, ao passo que alienação é um desvio especial em condições sociais determinadas. sic! (LUKACS, 1974, p. 375-76)

Tentando fugir dos jargões e clichês abstratos, defendemos que a obra *H.C.C* não está totalmente superada, ou seja, não padeceu e não se tornou anacrônica. Pelo contrário, ela põe e repõe problemas de vigência atual, em especial, a reificação que tem se exponenciado nos últimos 90 anos, bem como, a defesa radical do “marxismo ortodoxo” no que tange, ao método como a práxis política e, protagonista da classe trabalhadora. Por isso, acusar a obra lukacsiana, *H.C.C*, de sectária, dogmática, esquerdista é o caminho mais fácil e trata-se de uma desqualificação deletéria que politicamente fortalece não ao projeto da transformação e superação da ordem capitalista, e sim o contrário, isto é, a sua conservação.

Nesta direção, faremos a seguir alguns apontamentos sobre a problemática da reificação contida em *H.C.C* em especial no capítulo intitulado: *a reificação e a consciência do proletariado*. Neste capítulo em especial Lukács faz inúmeras reflexões no sentido de articular o fenômeno da reificação através do desdobramento do fetichismo da mercadoria, bem como, o processo universal de mercantilização como mola mestra da sociedade burguesa:

há que tornar bem claro que a questão do fetichismo é uma questão específica da nossa época e do capitalismo moderno (...) a forma mercantil deve, por isso, como assinalamos- penetrar o conjunto das manifestações vitais da sociedade e transformá-las à sua imagem, em vez de estabelecer uma ligação exterior entre os processos, por isso mesmos independentes dela e orientados para a produção de valores de uso (LUKÁCS, 1974: 98-99).

Em diversas partes deste capítulo, Lukács recorre a obra marxiana, em especial, ao *Capital: crítica da Economia Política* para explicitar os seus argumentos sobre a reificação. Um dos mais ilustrativos e substanciais para o seu argumento é o seguinte:

Marx descreve o fenômeno da reificação nos seguintes termos: “o carácter misterioso da forma mercantil consiste, pois, simplesmente, no facto de ela revelar aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como propriedades naturais dessas coisas e por conseguinte, também a relação social entre os produtores e o conjunto de seu trabalho, como relação social exterior a eles, relação entre objetos. Por este quiproquó, o s produtos do trabalho tornam-se mercadorias, coisas suprassensíveis, se bem que sensíveis ou coisas sociais ... e não é senão a relação social determinada dos próprios homens que para eles reveste aqui a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. sic! (LUKÁCS, 1974, p. 100).

Lukács avança ainda no entendimento da mercantilização e coisificação da força de trabalho:

torna-se uma mercadoria regida pela objectividade das leis sociais naturais

estranhas aos homens (...) o que caracteriza pois a época , diz Marx é a força de trabalho ... toma para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence. Por outro lado, só neste momento se generaliza a forma mercantil dos produtos do trabalho. A universalidade da forma mercantil condiciona, pois, tanto no plano subjectivo como no plano objetivo, uma abstracção do trabalho humano que se objectiva nas mercadorias. sic! (LUKACS, 1974, p. 101).

Embora, alguns autores como Nobre (2001) apontem os limites da reificação na obra lukacsiana bem com a sua forte influencia de Hegel, mas também de Max Weber em especial na discussão sobre “o cálculo racional” e as técnicas utilizadas na produção capitalistas pautadas pelos princípios tayloristas Lukács afirma: “O homem não aprece nem objectivamente, nem no seu comportamento, em relação ao processo de trabalho como verdadeiro portador deste processo, está incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que encontra pela frente, acabado e a funcionar em total independência relativamente a ele, a cujas leis tem de se submeter” sic.(LUKÁCS, 1974, p. 103).

Fica evidente que, *o Homem*, indivíduo vivo e ativo do processo de produção tornou-se subordinado e subsumido na sociedade burguesa; como Lukács enfatiza: “a calculabilidade, a mecanização racional penetrou até a alma dos trabalhadores” e mais adiante denuncia que “ o tempo é tudo o homem já não é nada; é quando muito mera carcaça do tempo”.

Em suma, ao passo que avança a ordem burguesa, os fenômenos pertinentes ao processo de reificação são exponenciados, Lukács corrobora esta assertiva: “Assim como o sistema capitalista se produz e reproduz economicamente a uma escala cada vez mais alargada, também no decurso da evolução do capitalismo, a estrutura da reificação penetra cada vez mais profundamente, fatalmente constitutivamente na consciência dos homens” (LUKACS, 1974, p. 108).

Evidentemente, os processos reificados ao abarcarem a totalidade da vida social na ordem do capital direcionam todas as expectativas possíveis para o único caminho possível, a produção de *mais e mais* capital, e compulsoriamente *mais e mais* reificação. Assim, para Lukács:

o mundo reificado aparece, dai em diante, de maneira definitiva (...) como o único mundo possível , o único conceptualmente apreensível e compreensível que a nós é dado, que é dado aos homens. E quer isso suscite a transfiguração, a resignação ou o desespero, quer se procure eventualmente um caminho que, pela experiência mística irracional, conduza a vida, absolutamente nada se pode alterar na essência desta situação de facto (LUKACS, 1974, p.125).

Outro ponto muito importante, que novamente devemos frisar, diz respeito a não publicação ainda em 1923 de uma importante obra marxiana, os chamados, Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, que como já assinalamos, teve uma primeira edição apenas em 1932. Desta forma, Lukács terá que “utilizar” apenas as obras marxianas e engelsianas que já haviam sido editadas. Por isso, muitas vezes, o filósofo Húngaro, evoca a obra, *a Sagrada Família*, escrita por Marx e Engels no sentido de extrair argumentos que possam corroborar sua formulação sobre os processos de alienação e doravante reificação na ordem burguesa, sinalizando que:

a reificação tem necessariamente de se exprimir nelas de forma mais flagrante e mais aguda, produzindo a mais profunda desumanização, o proletariado compartilha, pois, a reificação de todas as manifestações de vida com a burguesia. Diz Marx: “a classe possuidora e a classe do proletariado evidenciam a mesma alienação de si do home. A primeira destas classes sente-se, porém, a vontade nesta alienação de si e sente-se confirmada por ela, sabe que alienação é o seu próprio poder e possui nela aparência de uma existência humana; a segunda, sente-se aniquilada pela alienação, apreende nela a sua impotência e a realidade de uma existência desumana. sic. (LUKÁCS, 1974, p. 169)

Ainda neste capítulo do Livro *H.C.C.*, o jovem Lukács, com então 38 anos, retoma discussões sobre método que foram trabalhadas no capítulo intitulado, *O que é o marxismo ortodoxo?* categorias como: totalidade, mediações, aparência, essência, são novamente problematizadas a luz das “antinomias do pensamento burguês”. Segundo Lukács:

o facto patente de só se poder conhecer, atingir e descrever a própria realidade histórica segundo um processo complicado de mediações parece contradizer isto. Contudo, há que não esquecer que imediatidade e mediação são já momentos de um processo dialéctico, que cada grau do ser (e da atitude de compreensão a respeito) tem sua imediatidade no sentido da *Fenomenologia*; em relação ao objecto imediatamente dado, temos que nos comportar de modo igualmente imediato e receptivo, isto é, nada podemos alterar na maneira como se apresenta. A única maneira de sair desta imediatidade é a génese, a produção do objeto. No entanto, isso pressupõe já que se mostram as formas de mediação nas e pelas quais se sai da imediatidade da existência dos objectos dados, como princípios estruturais da construção e como tendências reais dos próprios objectos, que portanto génese em pensamento e génese histórica coincidem, segundo o seu principio. sic! (LUKÁCS, 1974, p. 174-75).

Mais uma vez, ao retomar a análise da vida cotidiana e especificamente a relação social de produção que se estabelece entre o operário e o capitalista, Lukács elucidada como a reificação aparece como uma roupagem, um invólucro que ofusca esta relação alienante e contraditória:

Em todos os momentos da vida quotidiana em que o operário particular imagina ser o sujeito da sua própria vida, a imediatidade da sua existência acaba por destruir esta ilusão (...) Assim, o carácter reificado do modo imediato de aparecimento da sociedade capitalista atinge o paroxismo para o trabalhador. Justo: também para o capitalista existe esse desdobramento da personalidade, essa cisão do homem em elemento do movimento das mercadorias e espectador (objectivamente impotente) do mesmo movimento. Mas, para a consciência, toma necessariamente a forma de uma atividade que, embora objectivamente pura aparência, é produto do sujeito. Esta aparência oculta-lhe a verdadeira situação, enquanto para o trabalhador, a quem recusa esta margem interior de uma atividade ilusória, a cisão do sujeito conserva a forma brutal de uma sujeição tendencialmente ilimitada (...) No problema da duração do trabalho, precisamente, vê-se à evidencia que a quantificação é um invólucro reificante que se estende sobre a essência verdadeira dos objetos e não pode passar, em geral, por forma objectiva da objectividade, a não ser que o sujeito que está em relação contemplativa ou (aparentemente) prática com o objeto não esteja interessado na essência do objecto. sic! (LUKÁCS, 1974, p. 185-86).

Explicitando de forma mais detalhada que:

o carácter específico do trabalho enquanto mercadoria, que, sem tal

consciência, é um motor desconhecido da evolução econômica, objectiva-se através dela. Mas, ao manifestar-se, a objectividade especial desta mercadoria que sob, um invólucro reificado é uma relação entre homens, sob uma crosta quantitativa, um núcleo qualitativo vivo, permite revelar o carácter fetichista de toda a mercadoria que se baseia no carácter mercantil da força de trabalho. O núcleo de todas as mercadorias, a relação entre homens actua como fator na evolução social. sic! (LUKÁCS, 1974, p. 189).

Para Lukács, categoricamente “o capítulo de *O Capital* sobre o carácter fetichista da mercadoria contém todo o materialismo histórico, todo o conhecimento de si do proletariado como conhecimento da sociedade capitalista (e das sociedades anteriores como etapa que a ela conduzem)” (LUKÁCS, 1974, P. 190). O caminho aberto por Marx especialmente por meio d’ *O Capital* e pavimentado por Lukács em *H.C.C* inspirou diversos pesquisadores e intelectuais, dentre eles, Lucien Goldmann, que em seu livro *Dialética e Cultura* faz de forma genial uma síntese muito apropriada sobre o processo de reificação:

‘Um par de calçados custa cinco mil francos’. É a expressão de uma relação social e implicitamente humana entre o criador de gado, o curtidor do couro, seus operários, seus empregados, o revendedor, o negociante, de sapatos e, finalmente, o último consumidor. **Mas nada disso é visível;** a maioria desses personagens **não se conhece e ate se ignoram sua existência mutuamente.** Ficariam todos espantados de saber da **existência de um laço que os une.** Tudo isso se exprime por um só fato: **‘um par de calçados custa cinco mil francos’** (GOLDMANN, 1979, p. 122. Grifos e negritos nossos).

Por tudo o que foi dito sobre a reificação Lukács conclui que:

A reificação é pois a realidade imediata e necessária para todo e qualquer homem que viva na sociedade capitalista e só pode ser superada por um esforço constante e constantemente renovadora provocar a rotura prática da estrutura reificada da consciência, por uma relação concreta com as condições que se manifestam concretamente na evolução de conjunto, por uma tomada de consciência do sentido imanente de tais contradições para essa mesma evolução de conjunto. (...) **a acção prática do proletariado será pois, a realização prática e concreta do passo seguinte da evolução.** O carácter decisivo ou episódico deste passo depende das circunstâncias concretas, o que não tem importância quando se trata como agora acontece, do conhecimento da estrutura, uma vez que o que esta em jogo é o processo ininterrupto destas rupturas” (LUKÁCS, 1974, P. 219-20. Grifos e negritos nossos).

Nesta direção evocando o postulado engelsiano, o jovem filósofo Húngaro argumenta: “a prova do pudim, é comê-lo” detalhando que: “ Mas este [pudim] é a constituição do proletariado como classe: **a transformação prática da sua consciência de classe em realidade.** (...) só esta compreensão nos permite prospectar e elucidar os últimos vestígios da estrutura reificada da consciência e da sua expressão teórica, o problema da coisa em si.”(LUKÁCS, 1974, p. 221. Grifos e negritos nossos).

Pois:

“o pensamento e o ser só são idênticos no sentido em que correspondem um ao outro, são paralelos ou coincidem todas estas expressões são apenas ocultas de uma dualidade rígida, a sua identidade consiste em serem momentos de um único processo dialéctico e histórico. O que a consciência do proletariado reflete é, pois, o elemento positivo e novo que brota da contradição dialéctica da evolução capitalista. Não é portanto algo que o

proletariado invente ou crie a partir do nada, pelo contrário, é a consequência do processo de evolução na sua totalidade; este elemento novo só deixa porém de ser uma possibilidade abstracta para se tornar uma realidade concreta quando o proletariado eleva sua consciência e a torna prática. (...) só a consciência de classe do proletariado tornada consciência prática possui esta função transformadora. (...) a sua essência dialéctica só pode consistir na tendência para a prática, na orientação para as acções do proletariado; deve ser criticamente consciente da sua própria tendência para a imediatidade, tendência imanente a toda a atitude não prática e esforçar-se sempre por esclarecer criticamente as mediações, as relações com a totalidade enquanto processo e a acção do proletariado como classe. sic (LUKÁCS, 1974, p. 227).

Assim sendo, Lukács, conclui seu capítulo, com um dilema que passados mais de 90 anos continua atualíssimo, a despeito de sua reflexão encharcada pelo hegeliano, isto é, ‘a prova do pudim’ precisa ser realizada! Nesta direção, ação dos sujeitos históricos via uma prática rica que supere a *XI – tese sobre Feuerbach* (Sobre os filósofos que se limitaram a interpretar o Mundo, e a sua necessidade de não apenas interpretá-lo e sim de Transformá-lo!) continua com plena validade, não apenas para a reflexão teórico-crítica e sim, como ponto de partida no campo da política, cujo sujeito histórico central neste processo, continua sendo o PROLETARIADO, e este, por conseguinte, através de uma práxis transformadora continua como protagonista da História para que continuemos a pavimentação da estrada para o Socialismo e doravante o Comunismo, por isso:

só a sua própria acção [PROLETARIADO] pode ser a transformação e a libertação **‘que o próprio educador tem que ser educado’**. A evolução económica teria necessariamente de gerar a posição do proletariado no processo de produção, posição que determinou o seu ponto de vista: mas a evolução objectiva teria necessariamente de dar ao proletariado a possibilidade e a necessidade de transformar a sociedade. **E esta mesma transformação terá necessariamente que vir da acção livre do próprio proletariado.** sic! (LUKÁCS, 1974, p. 231. Grifos e negritos nossos).

3. Isaak Rubin: a teoria do fetichismo e suas conexões com a reificação

A *opus magnum* de Isaak Illich Rubin foi publicada originalmente em 1923. O livro chamado *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor* – recebeu no Brasil o título de: “Teoria Marxista do Valor”. Nesta direção, bem como, a obra lukacsiana - *História e Consciência de Classe* que fora publicada pela primeira vez em 1923 e que só teve uma segunda edição oficial em 1967. A obra de Rubin ficou quase meio século no ostracismo¹⁰. Apenas, nos anos 70, com a tradução inglesa feita por Fredy Perlman e Milos Samardzija, o chamado “mundo ocidental” teve acesso a “seminal” obra rubiniana. Aqueles

¹⁰ Assim, como nos lembra Netto: “O lugar – comum segundo o qual História e Consciência de Classe e Marxismo e Filosofia constituem as ‘obras malditas’ do marxismo do século XX’ se tem procedência ao indicar – além de suas bases teóricas similares e algumas de suas implicações prático-políticas aproximadas – o verdadeiro exílio a que elas foram condenadas na tradição marxista.” (NETTO, 2008: 12-13). Nesta direção acrescentaríamos ao argumento de Netto a obra: *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor*, de Isaak Rubin que embora na Rússia tenha tirado três edições até 1928, Na Europa Ocidental (Alemanha, França, Inglaterra) como também nos Estados Unidos, a mesma ficou desconhecida até o início da década de 1970.

privilegiados que tiveram acesso antes dos anos 70, a edição em russo do livro de Rubin, como por exemplo, Roman Rosdolsky, reconhecem a “densidade” e relevância da mesma para o renascimento do marxismo e os expurgos da visão tosca e rudimentar das teses escolásticas postuladas pelo marxismo vulgar, em especial sobre a abordagem marxiana concernentes ao problema do valor¹¹ e bem como a temática do fetichismo da mercadoria¹². Recorrendo a apresentação brasileira da referida obra, o Professor Luiz Gonzaga Mello Belluzzo afirma:

A teoria Marxista do Valor de Isaak Rubin, é a mais bem sucedida tentativa de diferenciar a problemática marxista do valor daquela proposta pelos economistas clássicos (...) Marx ao contrário dos clássicos, não toma o valor como essência da naturalidade da sociedade, mas sim como a expressão de uma sociedade em que o indivíduo só existe enquanto produtor de valor de troca, o que implica a negação absoluta de sua existência natural. Assim, a produção de valor de troca já inclui em si a coerção ao indivíduo (BELLUZZO IN: RUBIN, 1980, p.11).

Por isso, como já afirmamos quase meio século no limbo, não foi capaz de torná-la obsoleta ou anacrônica. Hoje, 90 anos após a sua primeira publicação. A obra Rubiniana permanece atual, enquanto ponto de partida, para uma efetiva compreensão sobre a problemática do valor, como ainda as conexões entre a teoria do fetichismo e o processo de reificação.

Assim como Lukács e Korsch, Rubin também elevou o patamar das discussões no seio da tradição marxista. É inegável a relevância desta obra. Sendo assim, a mesma significou nos anos de 1920 uma tentativa original na interpretação da obra Marxiana. O pensador Nelson Brissac Peixoto em seu livro: *Sedução e Barbárie: o marxismo dos anos vinte* reconhece o mérito de Isaak Rubin:

I. Rubin faria aí, junto com E. Preobrajensky, talvez um dos últimos e mais consistentes esforços de retorno a Marx. Ao retomar, como fizera Hilferding, a problemática da conexão entre o trabalho despendido e o valor das mercadorias, a crítica à pressuposição de Marx de que o ato de troca expressa a igualdade das mercadorias permutadas seria para sustentar a ideia básica de Marx de que o cálculo do trabalho se faz pela medida do valor da mercadoria numa outra equivalente. O “fundamento dialético” da teoria do valor deve ser buscado por Rubin, na teoria do fetichismo (BRISSAC PEIXOTO, 1982, p. 107).

A estrutura do livro de Rubin divide-se em duas partes. A primeira parte se constitui por sete capítulos cuja temática central consiste na abordagem da reificação das relações sociais que configuram a Teoria do Fetichismo da Mercadoria. Sobre este assunto, Brissac Peixoto afirma: “Para Rubin a objetividade do valor provém de ele ser o modo de existência “coisificado! único possível do trabalho abstrato: **a ‘teoria do valor’ de Marx se vincula diretamente a sua teoria do fetichismo.**” (BRISSAC PEIXOTO, 1982, p 111. Grifos e negritos nossos).

Nesta direção, a abordagem até então pouco estudada sobre a relevância da Teoria do fetichismo

¹¹ É importante frisar o importante ensaio realizado em 1907 por Rudolf Hilferding sobre a transformação de valores em, preços de produção dirigido contra Böhm-Bawerk edita na coletânea: *Economia Burguesa y Economia Socialista*. Córdoba/Argentina: Pasado y Presente: 1974.

¹² Na apresentação a obra de Isaak Rubin para o mundo ocidental. Fredy Perlman realiza uma exposição muito fecunda sobre a problemática do fetichismo da mercadoria. Ver. Perlman, F. *El fetichismo de la mercancia*. IN: RUBIN, I.I. : *Ensayos sobre la teoria Marxista del Valor*. Córdoba/Argentina: Pasado y Presente: 1974.

na Obra de Marx, faz de Isaak Rubin, uma das referências ainda hoje obrigatórias para um estudo rigoroso e efetivo sobre o fetichismo da mercadoria e suas manifestações via os processos cada vez mais denso de reificação que perpassam todas as esferas da vida cotidiana no Mundo atual. Sendo assim, Cutler *et alli* sinalizam a significação sobre o assunto: “o ponto de partida de Rubin, a teoria do fetichismo, e sua categoria central, coisa/pessoa, não é portanto acidental. A apresentação de Rubin do papel da teoria do fetichismo em O capital é, em geral exata” (CUTLER *et alli*, 1982,p. 77).

A obra de Rubin, ao nosso juízo, rompe com a vulgarização e esquematismo do ideário tematizado sobre a teoria do fetichismo da mercadoria bem como sua conexão vital com a Teoria do Valor. Diversas correntes do chamado “marxismo vulgar” ao simplificar a obra marxiana transformando-a numa cartilha grotesca, contribuíram não para a difusão e conhecimento da obra de Marx e sim para a sua deturpação. Ao nosso juízo, Rubin realizou um denso, detalhado e rigoroso estudo que paradoxalmente foi refém de seu tempo histórico. Não diferente das acusações sofridas por Lukács (em seu livro *H.C.C.*) o preço político pago por Rubin materializou-se em acusações de idealismo mencheviques, acusações de traição, prisão, tortura e morte. As palavras de Cutler *et alli* são esclarecedoras!: “Ele [Isaak Rubin] foi mais um dos inúmeros marxistas capazes que tiveram morte precoce e injustificável nas mãos de Stálin e da NKVD” (CUTLER *et alli*, 1980, p.76).

Voltando a estrutura orgânica do livro, a segunda parte da obra rubiniana faz uma densa análise sobre a Teoria do Valor-Trabalho em Marx¹³. São onze capítulos onde se discute com forte inspiração hegeliana o Valor, o Trabalho Abstrato, o Trabalho Produtivo, O Trabalho Improdutivo bem como a espinhosa e densa problemática sobre a Transformação dos Valores em Preços de Produção. Neste sentido, corroboramos como a assertiva de Cutler *et ali*: “o texto de Rubin é, **possivelmente a mais séria e sistemática tentativa de apresentar e defender a teoria do valor de Marx, fora do próprio O Capital**” (CUTLER *et alli*, 1980, p.71. Grifos e negritos nossos).

Muito mais que simplesmente o caráter propositivo, retomar o estudo de Isaak Rubin ao nosso juízo, se constitui como uma tarefa necessária. Pois, enquanto ponto de partida, *Ensaio sobre a teoria marxista do Valor*, possui elaborações fecundas, criativas e férteis que devem ser absorvidas e incorporadas pela atual “tradição marxista” e conseqüentemente, proporcione o avanço no entendimento efetivo das conexões tão mistificadas, reificadas, financeirizadas e que potencializam a exploração/superexploração da força de trabalho e assim, a extração do **Mais-valor** de forma e magnitudes descomunais! Estes fenômenos que permeiam a sociedade burguesa de forma muito vigorosa nesta segunda década do século XXI precisam ser compreendidos de modo substantivo e concomitantemente no terreno da política se traduzir na elaboração de ações propositivas e interventivas na esfera da “Grande Política” criando fissuras, minando os arcabouços que edificam o modo de produção capitalista e conseqüentemente, possibilitem a sua superação, por um ordenamento social que

¹³ O livro de Alfredo Saad filho dedica um capítulo sobre as interpretações da Teoria Marxista do Valor. Ver: O valor de MARX. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. Em especial o capítulo II.

visse a efetiva e plena emancipação humana, rompendo assim com a exploração do Homem pelo Homem.

Por conseguinte, entendemos ser crucial nesta parte do nosso artigo evidenciar como a obra de Isaak Rubin conferiu um tratamento “adequado”¹⁴, ou seja, denso, rigoroso e cuidadoso sobre o problema do Fetichismo da Mercadoria e reificação das relações sociais na obra marxiana. Ademais, não seria nenhuma pretensão nossa afirmar que, ao nosso juízo, a obra rubiniana possui significativos elementos teóricos, analíticos e históricos para ser classificada como uma das obras que inauguram o “Renascimento do Marxismo”.

Logo no início de seu livro, colado na análise da obra marxiana, Rubin afirma: “Marx não mostrou apenas que as relações humanas **eram encobertas por relações entre coisas**, mas também, que, **na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas**”. (RUBIN, 1980, p. 19-20. Grifos e negritos nossos)

Detalhando que: “**A estrutura da economia mercantil leva as coisas a desempenharem um papel social particular** e extremamente importante e, portanto, a adquirir propriedades sociais específicas (...) **Marx descobriu as bases econômicas que regem o fetichismo da mercadoria**.” (RUBIN, 1980, p. 20).

Sabemos que as inferências de Rubin estão presentes na obra de Marx: *O Capital: crítica a Economia Política*, em especial no primeiro capítulo: *A mercadoria*¹⁵. Nunca é demais lembrarmos o próprio Marx: “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias e a mercadoria individual como a sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (Marx, 1996, p.165).

O primeiro parágrafo *d’O Capital* de Marx é esclarecedor! Pois, fica claro como no modo de produção capitalista, a mercadoria é a célula básica de todo o sistema. Por isso, Rubin dedica toda a primeira parte de sua obra (sete capítulos) ao estudo rigoroso e sistemático da reificação das relações de

¹⁴ Queremos registrar neste momento que as condições históricas e políticas vividas por Isaak Rubin nos anos de 1920. Sabe-se que o pós Primeira Guerra Mundial, os anos iniciais da Revolução Bolchevique configuram um período de enorme turbulência, agito e efervescência na então criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nos anos 20, obras substantivas de Marx e Engels, ainda eram inéditas. Rubin em 1923 não conhecia os famosos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* (este só terá uma primeira edição em 1932). O pensador Russo também não teve acesso a Obra de Marx e Engels, *A Ideologia Alemã* (que foi publicada em 1932) como ainda os famosos *Grundrisse* (só publicados em 1939-1941). Mesmo diante deste quadro, sua obra é de envergadura ímpar e por nós, considerada um clássico do renascimento do Marxismo.

¹⁵ A obra *O capital: Crítica a Economia Política* - Livro I fora publicada originalmente em 1867. As edições que chegaram em terras tupiniquins baseia-se na 4ªed. Alemã (Todas, desde a feita pela Civilização Brasileira/Difel/Bertrand Brasil (desde 1967 até as mais recentes), como as da Abril Cultural/Nova Cultural (1983; 1985; 1988; 1996) e a mais recente tradução feita pelo Editorial Boitempo (2012) . A quarta edição, difere da primeira edição, na redação do capítulo primeiro. Neste capítulo, na edição de 1867 não há subdivisão em itens, como não se apresenta a discussão sobre as formas do valor. Esta discussão sobre *as formas de valor* aparece como apêndice ao Livro. Por sugestão de Ludwig Kugelmann, Marx reelaborou a forma de apresentação do Primeiro Capítulo. Assim, a partir da segunda edição em alemão da obra marxiana, o capítulo primeiro aparece dividido em diversos sub itens, bem como, foi incorporado ao corpo do texto a discussão sobre as formas de valor e a criação do sub item intitulado: **o fetichismo da mercadoria e seu segredo**. Ver edição castelhana sob os cuidados de Pedro Scaron e sua equipe. MARX, Karl. *El capital. El proceso de producción del capital* . Tomo I/VOL 3. (Especialmente, nota 313, p. 1087).

produção e o fetichismo da mercadoria.

A análise do fetichismo da mercadoria é central para Rubin, suas conexões e desdobramentos com a Teoria do Valor desenvolvida por Marx não é mera perfumaria. Desta forma, Rubin conclui que: **“A Teoria do Fetichismo da mercadoria é transformada numa teoria geral das relações de produção numa sociedade mercantil”** (RUBIN,1980, p.20. Grifos e negritos nossos).

Ao longo de todos os capítulos da primeira parte de sua obra, Rubin insiste na ideia do aspecto coisal, de como as relações sociais personificadas como relações entre coisas é mais do que o fundamento da ordem burguesa, nesta direção, como as relações de produção materiais tem sua especificidade histórico-social e neste sentido, fica claro que o fenômeno do fetichismo e da reificação é específico da sociedade burguesa, de acordo com o economista Russo:

“Na sociedade feudal as relações de produção entre as pessoas são estabelecidas com base na distribuição das coisas entre elas e pelas coisas, mas não através de coisas. Aqui as pessoas estão diretamente vinculadas umas às outras, ‘as relações sociais das pessoas em seus trabalhos revelam-se como relações pessoais suas, sem disfarçar-se de relações sociais entre coisas, entre os produtos do trabalho (...) [Por outro lado] a natureza específica da economia mercantil-capitalista reside no fato de que as relações de produção **não são estabelecidas apenas pelas coisas, mas através de coisas**” (Rubin, 1980, p. 43. Grifos e negritos nossos).

Sem dúvidas, o argumento rubiniano é esclarecedor. Percebemos uma vez mais, que no modo de produção capitalista, necessariamente “as relações sociais de produção assumem, inevitavelmente, **uma forma reificada** e, na medida que falamos das relações entre produtores mercantis individuais e não de relações dentro de firmas privadas isoladas, **elas só existem e se realizam desta forma**” (RUBIN, 1980 p. 24. Grifos e negritos nossos).

Contra qualquer naturalização oriunda da Economia Política clássica, Rubin demonstra como Marx rompe com esta visão estática e superficial. Sinalizando que as relações sociais de produção não são eternas, isto é, são constituídas socialmente e historicamente determinadas: “a coisa adquire as propriedades de valor, dinheiro, capital, etc., não por suas propriedades naturais, mas por causa das relações sociais de produção as quais esta vinculada na economia mercantil. **Assim, as relações sociais de produção não são apenas “simbolizadas” por coisas, mas realizam-se através de coisas**” (RUBIN, 1980, p. 26. Grifos e negritos nossos).

Evidentemente, sabemos que no bojo da Teoria do fetichismo da Mercadoria e os desdobramentos verificados pelo fetichismo da forma-dinheiro, forma-capital, passando pela exacerbação do fetichismo nas formas fluídas de capital portador de juros e na forma de capital fictício configura-se um edifício teórico que demonstra como a Teoria do Fetichismo em Marx não é um mero apêndice da Teoria do Valor. E sim, como esta articula-se medularmente de forma necessária a problemática do Valor. Desta forma, os processos fetichistas comparecem em todas formas de capital vigentes na ordem burguesa regida pelo modo de produção capitalista. Sem medo de cometermos um equívoco teórico, ou um erro crasso, sem a Teoria do fetichismo, não se sustenta a Teoria do Valor em

Marx. Podemos ainda afirmar que a problemática da Reificação, configura-se enquanto fenômeno social que extrapola a esfera da produção de riquezas na sociedade burguesa, enquanto um “fetichismo exponenciado” que invade todos os “poros da sociedade”, ou melhor, em todas as esferas da vida cotidiana. Esta concepção detalhada de reificação presente na obra *H.C.C* de Lukács, não aparece de forma explícita na elaboração de Isaak Rubin.

Por outro lado, podemos perceber em sua obra (Isaak Rubin) a forte influência hegeliana da qual Marx é caudatário e que Lukács também foi herdeiro. Rubin compreendeu corretamente o método de investigação social de Marx, em especial a unidade contraditória entre aparência e essência da realidade social. Por isso:

a aparente contradição entre a “reificação das pessoas” e a personificação das coisas” se resolve no dialético e ininterrupto processo de reprodução. **Esta aparente contradição se dá entre a determinação da forma social das coisas pelas relações de produção entre pessoas, e a determinação das relações de produção individuais entre pessoas pela forma social das coisas**” (RUBIN, 1980, p. 37.grifos e negritos nossos).

Podemos novamente, reiterar a genialidade de Rubin como a de Lukács, ao que tange um dos pilares centrais da obra de Marx, como já foi dito, a perspectiva de método. Visceralmente, Rubin afirma: “é desta perspectiva que devemos entender a diferença frequentemente traçada por Marx entre: a ‘aparência exterior’, o ‘nexo externo’, a ‘superfície do fenômeno’, de um lado, e o ‘nexo interno’, o ‘nexo oculto’, o ‘nexo imanente’, a ‘essência das coisas’, de outro”. (RUBIN, 1980, p. 39).

Embora, Rubin pareça ficar prisioneiro, o tempo todo no dilema que (na sociedade mercantil-capitalista as pessoas mantem relações de produção diretas enquanto proprietárias de mercadorias, proprietárias de coisas- personificação das coisas e materialização das relações sociais entre coisas)¹⁶ feito reiteradas vezes em sua obra, Podemos perceber que a categoria de *Alienação* pouco comparece em sua obra, este fato ao nosso juízo, é decisivo para alçar a reificação num patamar superior de discussão. Assim, é possível ao nosso entendimento, ver vestígios dos quais o efetivo conhecimento e apreensão da categoria *Alienação* proporcionaria a Isaak Rubin dar um tratamento mais adequado e profundo a problemática da reificação (Tratamento este, feito ainda que forma profundamente hegeliana por Lukács em sua obra *H.C.C.* como explicitamos na primeira parte deste estudo):

“[A] **personificação das coisas** permanece na superfície da vida econômica e pode ser diretamente observado. As coisas aparecem numa forma social pronta, influenciando a motivação e o comportamento dos produtores individuais. Este aspecto do processo **reflete-se diretamente na psique dos indivíduos** e pode ser diretamente observado. É muito difícil detectar a geração das formas sociais das coisas a partir das relações de produção entre pessoas. Este aspecto do processo, isto é, a reificação das relações de produção entre pessoas é o resultado heterogêneo de uma massa de transações, de ações humanas depositadas umas sobre as outras. É o resultado de um processo social que se realiza as suas costas [das pessoas], isto é, um resultado que não estava previamente determinado como um objetivo. **Somente através de uma análise histórica e sócio-econômica Marx**

¹⁶ Rubin explica que: Por “personificação das coisas”, Marx entendia o processo através do qual a existência de coisas com uma determinada forma social, capital, por exemplo, capacita seu proprietário a aparecer na forma de um capitalista e manter relações de produção concretas com outras pessoas” (Rubin, 1987: p. 35).

conseguiu explicar este aspecto do processo”(RUBIN, 1980, p 39. Grifos nossos).

Queremos uma vez mais, chamar atenção para a perspectiva metodológica de Isaak Rubin que como já dissemos é análoga a de Lukács (*Em H.C.C* especialmente no ensaio *o que é o Marxismo Ortodoxo?* , mas não só). Ambos são herdeiros diretos de Marx, não fossilizaram, cristalizaram ou emascularam a perspectiva metodológica de Marx. Pelo contrário, romperam com as formas de abstrações feitas de forma idealistas e subjetivistas (Embora não possamos desconsiderar o hegelianismo de Rubin e de Lukács, que neste último levou-o a elaborações teóricas que afirmam o postulado hegeliano da identidade entre sujeito e objeto) Rubin, com muito traquejo demonstra a importância do chamado método¹⁷ materialista histórico-crítico elaborado por Marx, cujas abstrações enquanto mecanismos de apreensão do real vão além do caráter puramente formal:

Esse método trata as categorias materiais como reflexos das relações de produção entre as pessoas. E nesta natureza social das categorias materiais que Marx viu seus ‘nexus internos’ Os economistas vulgares estudam apenas as aparências exteriores, que são alheadas das relações econômicas (...) estudam a forma objetivada, pronta, das coisas sem captar o seu caráter social. Eles veem o processo de personificação das coisas que ocorrem na superfície da vida econômica, mas não tem ideia do processo de ‘reificação das relações de produção’ entre as pessoas. Eles consideram as categorias materiais como dadas, condições prontas do processo de produção que afetam as motivações dos produtores e estão expressas em suas consciências; não examinam o caráter dessas categorias materiais como resultados do processo social. Ignorando este processo interno, social, eles se restringem aos nexos externos entre as coisas, embora este nexo apareça na concorrência. Na concorrência, então, tudo aparece às avessas, e parece sempre estar ao contrário. Assim, as relações de produção entre as pessoas parecem depender da forma social das coisas, e não o oposto (RUBIN, 1980, p. 40).

Reiterando como a perspectiva metodológica, dos chamados Economistas Vulgares naturalizam aquilo que é puramente social, não os permitindo assim compreender a efetividade da reificação das relações de produção:

Os economistas vulgares, que não compreenderam que o processo de personificação das coisas só pode ser entendido como resultado do processo de ‘reificação das relações de produção’, considerem a característica social das coisas (valor, dinheiro, capital, etc.) como característica naturais que pertencem às próprias coisas. O valor, o dinheiro, etc., não são consideradas expressões de relações humanas ‘aderidas’ às coisas, mas como características diretas das próprias coisas, características que estão ‘diretamente interligadas’ às características técnico-naturais das coisas. Esta é a causa do fetichismo da mercadoria, característico da economia vulgar e do modo de pensar comum aos participantes da produção que se acham limitados pelo horizonte da economia capitalista (RUBIN, 1980, p. 40).

¹⁷ O famoso texto: ‘Introdução [à Crítica da Economia Política] foi descoberto em 1902 e publicado pela primeira vez em 1903 por Karl Kautsky na revista *Die Neue Zeit*. Em especial na parte intitulada: “O método da Economia Política”, Marx desenvolve suas mais ricas formulações sobre o método de investigação social. Sem sombra de dúvidas este texto foi central para os estudos feitos por Isaak Rubin. Seria desnecessário, afirmar que também em Lukács sua influência é central, haja vista, as inúmeras menções ao referido texto marxiano em sua Obra: *História e Consciência de Classe*.

Concluindo assim, Rubin explicita a miopia e obtusidade da “chamada Economia Vulgar” em relação à efetiva apreensão das relações sociais sob a égide do modo de produção capitalista, suas palavras são plásticas e cristalinas:

A transformação das relações sociais de produção em propriedades sociais objetivas das coisas é um fato da economia mercantil capitalista e uma consequência dos nexos distintivos entre o processo de produção material e o movimento das relações de produção. O erro da economia vulgar não reside no fato de que ela dá atenção às formas materiais da economia capitalista, mas em não ver o vínculo destas com a forma social da produção e não as derivar desta forma social, e sim das propriedades naturais das coisas (RUBIN, 1980, p.41).

Em suma, por tudo o que dissemos sobre a questão da especificidade e superioridade do Método de Marx em relação aos Economistas Vulgares, Rubin relata em seu entendimento, qual seria o objetivo de Marx em seus estudos sobre a sociedade burguesa e a sua chamada Crítica da Economia Política:

O objetivo de Marx foi descobrir as leis de origem e desenvolvimento das formas sócias assumidas pelo processo de produção técnico-material a um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas. (...) O que há de único, no método analítico de Marx, não consiste em seu caráter histórico, mas ainda em seu caráter sociológico, na profunda atenção que é dada às formas sociais da economia (...) Marx (...) começando de um determinado estado do processo material de produção, esforçou-se por explicar a origem e o caráter das formas sociais que são assumidas pelo processo material de produção. Começou pelas formas simples e , através do método genético ou dialético, prosseguiu até as formas de complexidade crescente. É por isso que, como dissemos anteriormente, o interesse dominante de Marx encontra-se nas formas econômicas , na determinação das formas (RUBIN, 1980, p. 56-7).

Para Rubin, a revolução realizada por Marx consiste em:

ele ter considerado as relações de produção sociais que estão por trás das categorias materiais. Este é o verdadeiro objeto de estudo da Economia Política enquanto ciência social. Com esta nova abordagem, os fenômenos econômicos aparecem sob uma nova luz, numa perspectiva diferente. As mesmas leis que haviam sido estabelecidas pelos economistas clássicos receberam um caráter e um significado inteiramente diferente, no sistema de Marx (RUBIN, 1980, p. 61).

Para concluirmos a nossa análise sobre a problemática da reificação das relações sociais e o fetichismo da mercadoria na obra de Isaak Rubin, verificamos que seu último capítulo da primeira parte de seu livro (O desenvolvimento da Teoria do Fetichismo por Marx), Rubin irá demonstrar “todo o caminho percorrido por Marx”, isto é, a evolução de suas ideias nas suas obras anteriores a sua *opus magum*, *O Capital: crítica da Economia Política*. Como já dissemos anteriormente, Rubin assim como Lukács, é obrigado a argumentar com base nas obras de Marx publicadas até então (ver nota 13 na página 08). A partir desta constatação e com o devido cuidado teórico-analítico, para não cometermos nenhum anacronismo, muito menos, atribuir a sua referida análise a alcunha de ser rudimentar e tosca, devemos, pelo contrário, “recuperarmos” o seu caminho

investigativo e percebermos que sua elaboração teórica, assim como, a de Lukács, são substantivas, densas, de envergadura teórica medulares, galvanizadas por um momento histórico peculiar. Nesta perspectiva, sem nenhum proselitismo, poderemos então dissipar quaisquer males entendidos sobre os seus limites e possibilidades efetivas. Neste sentido, para Rubin (1980) a obra, a *Sagrada Família*, configura-se como o embrião da sua Teoria do Fetichismo. Suas palavras revelam que:

Na realidade, encontramos nesta obra o embrião da teoria do fetichismo, na forma de um contraste entre relações sociais ou humanas e sua forma alienada, materializada. A origem deste contraste era a amplamente difundida concepção dos socialistas utópicos acerca do caráter do sistema capitalista. Segundo os socialistas utópicos, este sistema caracteriza-se pelo fato de que o operário é forçado a auto-alienar sua personalidade, e aliena de si o produto de seu trabalho. A dominação das coisas, do capital sobre o homem, sobre o operário, expressa-se através dessa alienação (RUBIN, 1980, p.69.grifos e negritos nossos).

De qualquer modo, frisamos novamente que Rubin não privilegia um tratamento sistemático a categoria de *Alienação*. Diferentemente, de Rubin e como sabemos, sem conhecer os então inéditos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, *Ideologia Alemã* e especialmente os *Grundrisse*, Lukács elaborou um estudo denso e rigoroso sobre a categoria de *Alienação* (o que permitiu avançar, embora em termos de forte inspiração hegeliana na problemática efetiva da reificação). Seria desnecessário afirmar que Rubin fez jus ao tripé que segundo Lênin¹⁸ (1983) e Netto (1985) edificam o marxismo e que a chamada tradição marxista que se reivindica herdeira de Marx necessariamente deve seguir (Teoria do Valor Trabalho, Método de Investigação e a Perspectiva da Classe Trabalhadora).

Contudo, em 1923, o nosso pensador Russo já demonstrava pleno domínio da Economia Política, bem como de sua crítica elaborada por Marx (Em seu livro: *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor*, é perceptível um amplo domínio não apenas do *Capital – livro I, Livro II, Livro III* já então editados em Russo, como ainda as chamadas *Teorias das Mais-Valia, Contribuição a Crítica da Economia Política, A Sagrada Família e A Miséria da Filosofia* todas elas editadas em russo e estudadas de forma cuidadosa por Rubin).

Mesmo assim, como já afirmamos, na obra de Rubin, o tratamento rigoroso da categoria reificação não se efetiva como na obra de Lukács. Ao nosso juízo, de forma muito embrionária seria possível fazer alguma observação mais contundente a este respeito. Sua obsessão concentra-se na construção da teoria do fetichismo na obra de Marx. Com este foco de Rubin argumenta: “Para transformar esta teoria da alienação das relações humanas numa teoria da reificação das relações sociais (isto é, na teoria do fetichismo da mercadoria), Marx teve de construir o caminho do

¹⁸ Ver a obra: LENIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo*. 4 ed. São Paulo: Global, 1983. Para uma síntese destas ideias ver: NETTO, José Paulo. *O que é marxismo*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

socialismo utópico ao socialismo científico” (RUBIN, 1980, p. 71).

Evidenciando que:

A vida econômica da sociedade contemporânea é por um lado, a totalidade das relações sociais de produção e, por outro, uma série de categorias materiais nas quais essas relações se manifestam. **As relações de produção entre as pessoas e sua forma material é o conteúdo de uma nova oposição, originada na oposição anterior entre o elemento humano na economia e suas formas alienadas. Desta forma foi encontrada a formulação do fetichismo da mercadoria** (RUBIN, 1980, p 71-2. Grifos e negritos nossos)

Assim, percebemos que para Rubin, a **teoria do fetichismo** desde sua gênese, evolução e consolidação na elaboração do pensamento de Marx levou mais de 20 anos e percorreu um caminho evolutivo perpassando diversas obras. Com base nos textos marxianos publicados na época, Rubin pode afirmar que:

A materialização das relações de produção não surge de hábitos, mas da estrutura interna da economia mercantil. O fetichismo é não apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social (...) esta formulação definitiva do fetichismo da mercadoria (...) encontramos tanto no livro I de *O Capital*, quanto no capítulo sobre a fórmula trinitária, no livro III. Assim, em *A Sagrada Família*, o elemento humano na economia é contrastado com o elemento material, alienado, como um ideal frente a realidade. Na *Miséria da Filosofia*, Marx desvenda relações sociais de produção por trás das coisas. Em [Contribuição] *Para a Crítica da Economia Política*, a ênfase é colocada no caráter específico da economia mercantil, que consiste no fato de que as relações sociais de produção são reificadas. Uma descrição detalhada deste fenômeno e uma explicação de sua necessidade objetiva numa economia mercantil são encontradas no Livro I de *O Capital*, aplicadas principalmente aos conceitos de valor (mercadoria), dinheiro e capital. No livro III, no capítulo sobre a ‘A Fórmula Trinitária’, Marx dá um desenvolvimento adicional ainda que fragmentário, dos mesmos pensamentos aplicados às categorias básicas da economia capitalista, e enfatiza, particularmente, a fusão específica das relações sociais de produção com o processo de produção material (RUBIN, 1980, p. 73).

Por tudo isso que foi explicitado, a teoria do fetichismo em Marx engendra as condições efetivas para a mistificação, ilusão e aparente naturalização daquilo que é estritamente social. Neste sentido, concordamos com a argumentação precisa de Netto:

as formulações sobre o fetichismo assumem um sentido e uma funcionalidade muito específicos: configuram uma caracterização global da positividade posta pelo capitalismo quando este atinge a sua maturidade plena. As formulações marxianas sobre o fetichismo estruturam uma teoria da positividade capitalista que é própria da sociedade burguesa constituída (NETTO, 1981, p. 73).

1. Considerações finais.

Em suma, em tempos de brutal caráter mistificador e manipulatório marcados por uma hiper-reificação da vida e das práticas cotidianas, legitimadas e ressignificadas pela metástase de signos, símbolos que conferem “sentido a vida real” plasmando assim as chamadas “Ideologias Pós-modernas¹⁹” aparentemente conduzem para um completo imobilismo e resignação no campo da política. Ademais o aprofundamento nos últimos 30 anos do chamado ideário neoliberalizante²⁰ e a crescente financeirização²¹ da riqueza – binômio este que cimenta de forma ainda mais densa a chamada “decadência ideológica” fornecem a ilusão mistificadora que o único caminho possível é o da Barbárie.

Ao nosso juízo, o combate concreto deve ser realizado não apenas na batalha das ideias, mas sim, nas práticas da realidade social. Este lema exige esforços coletivos do conjunto da classe trabalhadora no sentido de universalizar demandas reais e efetivas. Nesta direção, mobilizar e aglutinar os segmentos mais combativos dos Movimentos da Classe Trabalhadora bem como os partidos de cariz classistas parafraseando Lênin: “não existe prática revolucionária sem teoria revolucionária” e ainda, o legado marxiano pautado no tripé: Teoria do Valor Trabalho, Perspectiva de Classe e o Método de Investigação para NETTO (1985) é o núcleo duro que da vida a chamada Tradição Marxista e esta tríade não se sustenta se um dos três elementos for eclodido ou corroído.

Estamos certos que todas as críticas e rótulos de: “esquerdistas”, “messiânicos”. “hegelianos”, “mencheviques” aos pensadores denominados por nós como os “Transgressores da Reificação” são infundadas. Como demonstramos, os núcleos centrais de suas obras continuam atualíssimos, e mais uma vez cabe reiterar que não são objetos de museus, muito pelo contrário.

Outra observação que merece destaque é baseada no frontal ataque ao “positivismo de esquerda” das cartilhas que substituíram Marx por Lênin para depois substituir este por Stalin. A “fertilidade” de Marx é encontrada nas obras dos quatro autores, em especial, os primeiros capítulos *d’O capital...* representam as melhores linhas de Marx a que eles tiveram acesso em sua época histórica. Pensamos que o cerne da discussão seja esta. Lukács e Rubin não optaram pelo caminho do revisionismo ou da cartilha, como tal, não foram filósofos profissionais e sim teóricos e militantes de uma práxis concreta que efetivamente resgata o sentido de crítica ontológica ou teoria social! Hoje, passadas nove décadas de suas publicações (*História e Consciência de Classe e Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor*) é

¹⁹ A temática sobre a chamada Pós-modernidade é muito vasta. Contudo, de caráter propedêutico sugerimos a leitura do excelente livro de David Harvey: *A condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. Bem como, o trabalho de Terry Eagleton: *As ilusões do Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. E de caráter introdutório o estudo do Prof. João Emanuel Evangelista. *Teoria social Pós-moderna: uma introdução crítica*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007. E o denso posfácio de NETTO, J.P. IN: COUTINHO, C.N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2.ed. São Paulo, 2010.

²⁰ A obra coletiva: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*, trata de forma didática, porém não simplista esta questão. Sobretudo o texto de ANDERSON, P. “*Balanço do Neoliberalismo* presente nesta coletânea.

²¹ Ver em especial os trabalhos de François Chesnais. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1998. Como também o livro Organizado pelo analista Francês: *A finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo: 2005.

pacífico novamente afirmar que suas interpretações resistentes ao tempo, cada qual focado em seu objeto específico fizeram jus a tríade que sustenta o arcabouço da Teoria social Marxiana: método rigoroso de investigação, aceitação da teoria do valor trabalho e perspectiva de classe.

Evidentemente, recomendamos um retorno às obras e autores supracitados não como um exercício de erudição ou de cunho nostálgico. Esta volta aos clássicos do chamado “Renascimento do Marxismo” (Lukács e Rubin) sinaliza que não concordamos com a tese da completa emasculação teórica e anacronismo de seus estudos. Em suma, enquanto existir o modo de produção capitalista, estas obras terão plena vigência e são necessárias como já afirmamos, enquanto ponto de partida para avançarmos teórica e politicamente na construção de ferramentas que visem a total ruptura da sociedade em que nas palavras de Marx “a riqueza social se apresente numa imensa coleção de mercadorias” e efetivamente vise a construção de um mundo novo, com uma nova sociabilidade que não seja pautada pelo valor de troca, pelo trabalho abstrato, enfim, pelo encantamento e mistificações fetichistas e reificantes. Por isso, voltarmos aos autores que de forma inédita em seu tempo histórico configuraram-se como os “Transgressores da Reificação” e cada um ao seu modo e fazendo jus a tradição marxista nos forneceram pistas para enfrentarmos o problema do fetichismo da mercadoria e a reificação das relações sociais de produção. Em um estudo feito há mais de trinta anos, Netto (1981) sinaliza o peso cada vez crescente da reificação no mundo contemporâneo na qual “as manifestações reificadas configura-se com positividade e pseudo-objetividade no capitalismo tardio”. Detalhando que:

exclusivamente os recursos heurísticos contidos nas formulações sobre o fetichismo da podem abrir a via à sua compreensão, porque o que aqui se universalizou, na imediatidade da vida social, são os processos alienantes e alienados peculiares ao modo de produção capitalista, os que se encontram na base do mistério da forma mercadoria- que, então dominam toda a organização social. **Tais processos[de reificação] não envolvem apenas os produtores diretos: penetram e conformam a totalidade das relações de produção social e das relações que viabilizam a sua reprodução**. Sob o salariato não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens, a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades produtivas e improdutivas, **a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho para regular a vida inteira de quase todos os homens, do útero à cova** (NETTO, 1981, p. 82. Grifos e negritos nossos).

Por isso, ao nosso juízo, há indícios e total aderência no mundo real para a inflexão teórica e um “retorno aos estudiosos clássicos” do fenômeno do fetichismo da mercadoria e da reificação. Como Marx nos ensinou em seu texto de 1844, intitulado: *Introdução para a Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. “**Não basta que o pensamento tenda a realidade, é necessário que a realidade tenda ao pensamento**”. Por isso, mais uma vez, defendemos que uma leitura e um estudo rigoroso/sistemático das obras aqui analisadas singelamente, poderão nos fornecer pistas na possibilidade real de “descortinar” alternativas concretas e caminhos possíveis para todos aqueles que lutam pela transformação da sociedade, ou seja, superação da ordem burguesa via um projeto político pautado na efetiva emancipação humana, noutras palavras, no Comunismo.

5. Referências

- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDERSON, Perry. “*Balanço do Neoliberalismo*”. IN: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs) Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BRISSAC PEIXOTO, N. *A Sedução da Barbárie: o marxismo na modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1998.
- CHESNAIS (org). *A finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo: 2005.
- CUTLER, A. *et alli. O capital de Marx e o Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- EVANGELISTA, J. E. *Teoria social Pós-moderna: uma introdução*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.
- FREDERICO, C. *O Jovem Marx: as origens da Ontologia do Ser social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GOLDMANN, L. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HARVEY, D. : *A condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992
- HELLER, A. *Sociologia de la vida Cotidiana*. Barcelona: Península. 1977.
- HELLER, Agnes. *Cotidiano e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- HILFERDING, R., BÖHM-BAWERK, E. ; BORTKIEWICZ, L. *Economia Burguesa y Economia Socialista*. Córdoba/Argentina: Pasado y Presente: 1974.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1976.
- KONDER, L. *Lukács*. Porto Alegre: LP&M, 1980.
- LENIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. 4 ed. São Paulo; Global, 1983.
- LOWY, M. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: LECH, 1979.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Porto/Portugal: Escorpião, 1974.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia politica*. Livro I – 2 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K. *El Capital: critica de la economia politica*. Livro I, Livro II e Livro III. 8 vols. Buenos Aires/Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2004.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Sundermann, 2003.
- MERQUIOR, J. *O marxismo ocidental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- MÉSZAROS, I. *Marx: a teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- NETTO, J. P. *O que é o marxismo?* 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do Método de Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.
- NETTO, J.P. *posfácio* IN: COUTINHO, C.N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2.e.d. São Paulo: 2010.
- PERLMAN, F. *El fetichismo de la mercancia*. IN: RUBIN, I. I. *Ensayos sobre la teoria Marxista del Valor*. Córdoba/Argentina: Pasado y Presente: 1974.
- RUBIN, I. I. *A teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.